SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/07/2015 - Sinttel-ES

Localcred fará contraproposta de reajuste dia 4/08

No dia 11/06 aconteceu a assembleia com os/as trabalhadores/as da Localcred para a discussão da pauta de reivindicações, que já foi entregue aos patrões. A negociação do Acordo Coletivo 2015/2016 está caminhando. Próxima reunião, dia 4/08, terça-feira!

O Sinttel-ES informa aos teleoperadores/atendentes da Localcred que o acordo coletivo ainda está sendo discutido, porque a empresa não propôs um reajuste nos salários.

Assim que houver uma proposta que o Sindicato achar – pelo menos – razoável, convocará nova assembleia para que seja apresentada e discutida.

O Sinttel-ES avisa que não faz acordo se a proposta de reajuste salarial for menor que a inflação. Na primeira reunião, os representantes da Localcred levaram a pauta de reivindicação para a diretoria analisar. Na ocasião, falaram das dificuldades em promover um reajuste que atenda às necessidades dos/as empregados/as.

Na próxima terça-feira, haverá outra reunião, pois no dia 28, o Sinttel-ES cobrou novamente uma posição da empresa. A data base (mês de referência) para o reajuste é maio e já passou da hora da recomposição salarial.

Por que o Sinttel-ES não aceita reajuste inferior ao índice de inflação?

A inflação de 01/05/2014 a 30/04/2015 foi de 8,34%. Um ano em que a alta dos preços foi corroendo os salários.

Esse é o percentual que os salários perderam no seu poder de compra.

Imagine que, em maio de 2014, você comprou um mercadoria por R$100,00. Se fosse hoje, você precisaria dos R$ 100,00 + 8,34% para poder comprar o mesmo bem.

E isso também que a classe trabalhadora no Brasil, com data em maio, deve ter como ponto de partida para negociação salarial.

É por isso que o Sinttel não aceita fazer acordos coletivos com as empresas que se recusam a repor as perdas.

Os salários estão defasados em 8,34%. Aceitar menos que isso é acumular mais perdas.

Além das perdas causadas pela inflação, as empresas deveriam dar aumento real. Ou seja, um percentual, além do que se perdeu com a inflação.

Reclamações dos/as trabalhadores/as que o Sinttel-ES levou para a Localcred

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Reclamações dos/as trabalhadores/as que o Sinttel-ES levou para a Localcred

1 Adiantamento salarial:
transformar em opcional pelo empregado.

Resposta Localcred (RL): Este é um procedimento inviável devido ao fluxo de caixa e aos processos de Departamento de RH.

2 Plano de saúde:
precisa de mais esclarecimentos sobre a sua aplicação: forma, participação do empregado e da empresa, plano de saúde de atendimento superior (caso tenha); a empresa pratica valores diferentes (menores) de participação para os novos contratados.

RL: A empresa enviará ao Sinttel uma apresentação da forma em que aplica a participação da empresa nos planos de saúde até o dia 14/07. A empresa não enviou

3 Vale transporte (VT):
A empresa desconta de 6% incidindo sobre toda a remuneração, quando a legislação prevê somente sobre o salário nominal;
Os empregados querem o VT sob a forma de crédito em cartão magnético, deixando para o pagamento em dinheiro somente para as situações de exceção; a empresa desconta o VT mesmo o trabalhador fazendo a compensação em dias pontes.

RL: a) Desconto dos 6% e quer discutir a questão legal.
b) VT em cartão - pediu prazo até dezembro/2015.
c) VT descontado em dias pontes – A empresa desconta os dias não trabalhados. Fornece o VT apenas para o deslocamento em dias trabalhados.

4 Jornada de trabalho:
os trabalhadores foram obrigados a alterarem a jornada de trabalho de 6 horas diárias para 7h12, e a empresa não levou em consideração as necessidades dos trabalhadores, em relação a extensão da jornada diária.

RL: Tem equipes que trabalham em 7h12, porém, ainda há equipes em regime de 6 horas. Os trabalhadores que estiverem com problemas para trabalhar em regime de compensação dos sábados podem procurar o RH e negociar a transferência.

5 Mobiliário e ambiente de trabalho:
Cadeiras quebradas, baias inadequadas para o padrão exigido pela NR 17; ambiente de trabalho contaminado pelo mofo do carpete, aparelhos de ar condicionados que não conseguem regular uma temperatura adequada; inexistência de refeitório, obrigando os trabalhadores a se alimentarem pelos corredores e na portaria do prédio.

RL: A empresa disse que está realizando adequações na filial, neste mês de julho, inclusive com a implantação de um refeitório. Pediu que as reclamações que chegarem ao sindicato, referente a este assunto, sejam repassadas com a indicação do tipo de adequação fora da NR 17.

6 FGTS:
Está sem recolhimento desde o mês de novembro de 2014, que foi constatado pela cópia de extrato repassado por um trabalhador;

RL: A empresa realizou com a Caixa contrato de parcelamento dos depósitos em atraso de Outubro/14 a Maio/15. A partir de junho/15 os depósitos serão realizados e visualizados normalmente. Em virtude deste parcelamento os depósitos em atraso não serão percebidos nos extratos, porém quando do desligamento a empresa quitará todo o saldo.

7 Descontos:
Quando o feriado é estadual ou municipal, a empresa desconta o dia de quem não comparece, sendo este feriado tratado como opcional; exemplo: feriado estadual dia 13/04 (padroeira). Ou é feriado ou a empresa paga horas extras para quem trabalhar?

RL: A empresa disse que desconhece esta prática, se o funcionário não vier trabalhar em algum feriado como plantão não será considerado como desconto.

8 Auxílio-creche:
observar a data prevista para entrega, considerando que entregar fora do prazo previsto só receberá no mês seguinte e não perder o benefício.

RL: A empresa disse que já resolveu esta questão, se a funcionária perder o prazo no mês, no próximo será feito o reembolso.

9 Reajuste salarial 2014:
o piso da categoria não foi adequadamente corrigido por ocasião da data base de 2014. A empresa reduziu o piso que era de R$758,08 para um salário mínimo, pois passou a contratar novos empregados com piso menor de um salário mínimo. Para uns deu 8% e para outros só 3,16%.

RL: A empresa não respondeu à questão, só disse que está negociando. um novo reajuste.

10 Comissionamento:
pagamento demora 45 dias para ser feito;

RL: A empresa paga a comissão M+2 com esse prazo devido à apuração dos valores junto aos bancos.

11 Metas:
as metas estabelecidas para recuperação não são informadas com antecedência, ou alteradas no decorrer do mês, gerando dúvidas e descontentamento;

RL: Não temos ciência deste fato, mas iremos verificar junto à equipe operacional se tal prática ocorre.

12 Prêmio:
existe um pagamento feito por recuperação de algum bem financiado, que é considerado prêmio, mas que para os supervisores não é considerado salário, mesmo sendo ele pago regularmente todos os meses;

RL: A empresa enviou o contracheque de um supervisor comprovando o pagamento das premiações em folha.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/07/2015 - CUT

Política suicida do Banco Central trava a economia

Mais uma vez o Banco Central erra no diagnóstico da conjuntura econômica e, em vez de baixar a taxa de juros, aumenta – para 14,25% - maior patamar desde agosto de 2006.

A CUT entende que em um cenário como o atual, de recessão econômica e aumento do desemprego, mais um aumento na taxa de juros é completamente ineficaz no combate à inflação, principal argumento do governo para manter essa política suicida. Pior que isso, contribui para acelerar o desaquecimento da atividade econômica, uma vez que encarece o crédito, desestimula a criação de emprego e renda e, consequentemente, paralisa o mercado interno.

O resultado deste diagnóstico errado é o aprofundamento da recessão econômica, milhares de pessoas desempregadas, a redução da arrecadação do governo e, por outro lado, mais concentração de renda nas mãos de banqueiros e especuladores financeiros.

Para a CUT, a inflação corrói o poder de compra dos/as trabalhadores/as, desestimula o investimento privado e agrava a recessão. Todo país que enfrenta crise econômica reduz a taxa básica juros para incentivar a produção, o consumo e reativar a economia, como os EUA, por exemplo, cuja atual taxa é de 0,25%. Por isso, a CUT defende uma nova política econômica que ataque de fato as causas da inflação e tenha como objetivo principal o crescimento econômico a geração de empregos e a distribuição de renda.

30/07/2015 - Correio do Brasil

Shell demite 6,5 mil empregados após queda no preço do petróleo

A petroleira Royal Dutch Shell vai cortar 6,5 mil empregos neste ano e intensificará os cortes de gastos, em resposta ao prolongado período de preços mais baixos de petróleo que contribuiu para uma queda de 37 % no lucro do segundo trimestre da empresa.

A Shell disse que prevê o corte de 6,5 mil funcionários e terceirizados diretos globalmente em 2015 do total de quase 100 mil empregados.

A companhia anglo-holandesa também vai aumentar as alienações de ativos para US$ 50 bilhões entre 2014 e 2018 conforme avança com sua aquisição proposta da BG Group por US$ 70 bilhões.

A Shell disse que prevê o corte de 6,5 mil funcionários e terceirizados diretos globalmente em 2015 do total de quase 100 mil empregados, em um momento em que enfrenta uma forte queda, de quase metade do valor, nos preços do petróleo em um ano.

Como as rivais BP, Statoil e Total, a Shell anunciou reduções nos investimentos pela segunda vez neste ano, cortando outros US$ 3 bilhões de seu orçamento para 2015 e levando ele a US$ 30 bilhões.

O lucro da Shell no segundo trimestre excluindo certos itens ficou em US$ 3,84 bilhões, uma queda ante US$ 6,13 bilhões no mesmo período no ano passado, e em comparação a US$ 3,25 bilhões registrados no trimestre anterior. Os resultados superaram expectativas de US$ 3,18 bilhões, segundo média entre analistas fornecida pela companhia.

A forte queda de cerca de 75 na receita com produção de petróleo foi novamente compensada por refino e comercialização, onde os lucros mais que dobraram ante o ano passado.

A Shell é a segunda maior operadora de campos de petróleo no Brasil, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

A companhia é uma das sócias da Petrobras na área de Libra, no pré-sal da bacia de Santos.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/07/2015 - Carta Maior

Elites negam-se a dar sua contribuição para resolver a crise econômica e social

Economista Marcio Pochmann afirma que o Brasil precisa de reformas estruturais, que esbarram no convervadorismo de um Congresso dominado pelo capital.

As elites brasileiras não aceitam fazer sua contribuição para resolver a situação de crise do país, criticou hoje (29) o economista, professor e escritor Marcio Pochmann em entrevista à Rádio Brasil Atual. "Os que mandam no país não aceitam pagar mais impostos", afirmou, destacando que o esgotamento de políticas anticíclicas, como as desonerações da indústria para motivar o consumo, exige que o país adote reformas mais profundas para continuar combatendo a pobreza.

"A economia mundial continua extremamente frágil e o Brasil foi resistindo por mais tempo possível nessa tentativa das políticas anticíclicas. Só que isso acabou levando a uma incapacidade de o país continuar nesse rumo sem que fizesse reformas mais profundas, como é o caso de angariar recursos para o Estado através de uma reforma tributária que onerasse mais os ricos, os poderosos. E isso se tornou difícil e um problema político porque os que mandam no país não aceitam pagar mais impostos", afirmou.

Pochmann também disse que o país vive "uma luta política em que o Estado tenta se reorganizar, mas há de certa maneira um bloqueio que vem dos ricos, que não aceitam fazer sua contribuição, e isso acaba sendo feito pelos mais pobres e pela parte produtiva e não financeira", disse. Ele destacou que o setor financeiro hoje opera com taxas de juros extremamente elevadas, com ganhos "extraordinários" . "Esse é o problema político do Brasil, é como enfrentar aqueles que se protegem e que mandam no país, em um momento difícil em que a política tem ajudado muito pouco nesse enfrentamento."

Com seu perfil conservador e dominado pelos ditames do capital, o Congresso Nacional também pouco tem feito pouco para que o problema possa ser enfrentado. "O sofrimento da Nação hoje, principalmente os mais pobres, deve-se à ausência de uma maioria política que possa enxergar no país um outro caminho. Vamos lembrar, por exemplo, que o Brasil é um país em que 86% de sua população vivem nas cidades. Os problemas do país são urbanos, é o transporte, saúde, educação, no entanto, entre os eleitos em 2014, a maior bancada parlamentar é formada por ruralistas. Quer dizer, os que estão no Congresso representam interesses do campo e não das cidades. E os interesses das cidades não reverberam ou se transformam em iniciativas que possam ter encaminhamento pelo Legislativo".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/07/2015 - Vermelho

Nivaldo Santana: A luta em defesa do emprego e do salário

O baixo crescimento do PIB em 2014 (0,2%) e a tendência de piora em 2015 já começam a impactar negativamente o mercado de trabalho. A Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE para o mês de maio deste ano comprova esse fato. O desemprego nas seis regiões metropolitanas pesquisadas atingiu o percentual de 6,9%, o maior desde 2010, e o rendimento médio real deste ano recuou 2,9%.

Segundo o IBGE, nessas seis regiões esse percentual corresponde a 1,7 milhão de pessoas sem emprego. A população com trabalho formal corresponde a 22,8 milhões e o universo da população não economicamente ativa (os que estão fora do mercado de trabalho, não tem e nem procuram emprego) totaliza 19,3 milhões.

A combinação do ajuste fiscal com juros altos em uma economia com PIB baixo, conforme reconhece o próprio IPEA, é fator de aumento do desemprego e da retração do salário real. Esses problemas não apareceram em 2014, mesmo com o crescimento fraco da economia, devido, entre outros fatores, à queda na população economicamente ativa (menos gente procurando emprego).

Nos quatro primeiros meses deste ano já se registra a diminuição de 163 mil empregos formais. Apesar desses números ruins, o IPEA trabalha com a hipótese de que a atual crise deva afetar mais os salários do que o nível de emprego. Segundo esse Instituto, as empresas podem segurar os empregos e, em contrapartida, comprimir os salários.

As razões para isso são o custo mais elevado das demissões, a maior concentração de empregos no setor de serviços, a diminuição dos aumentos reais de salário e a redução do custo unitário do trabalho. Nos casos dos trabalhadores mais qualificados, os custos mais elevados de recontratação futura também podem desestimular parte das demissões.

Independentemente dessas previsões, o fato é que o aumento do desemprego, iniciado na indústria de transformação e da construção civil, agora atinge também outros setores, como o comércio e serviços. Essa nova onda de desemprego afeta principalmente os mais jovens e os trabalhadores com menor escolaridade e com baixa qualificação profissional.

Para o movimento sindical classista, a luta pelo emprego, pela valorização dos salários e pela ampliação dos direitos é tarefa permanente. Essa luta, no entanto, passa pelos meandros da luta política em curso no país. O clima de instabilidade política turva o horizonte e inibe a retomada do crescimento econômico.

Inconformadas com a quarta derrota consecutiva, as forças conservadoras procuram desestabilizar o governo e a flertar com o golpe. Por isso mesmo, os trabalhadores e as forças progressistas do país devem colocar no topo da agenda, como tarefa prioritária, a defesa do estado democrático de direito.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

30/07/2015 - Vermelho

Tributação sobre fortunas deve entrar na reforma tributária

Parlamentares da base do governo defendem uma reforma tributária, a ser analisada na Câmara neste semestre, que trate não só da distribuição do bolo dos recursos arrecadados, mas também do aumento da tributação sobre a parcela mais rica da população, com o objetivo de equacionar o ajuste fiscal e reduzir a desigualdade tributária.

Há propostas na Câmara que buscam alterar as regras de tributação nessa área, mas ainda sem muitos avanços. Criada no final de julho, uma comissão especial vai analisar propostas relacionadas à reforma tributária e que tramitam na Casa.

Uma das propostas trata de tributo previsto na Constituição Federal, mas até hoje não regulamentado, o chamado Imposto sobre Grandes Fortunas. As dificuldades para criação desse imposto começaram na Assembleia Constituinte.

Enquanto outros impostos podem ser regulados por lei comum, a exemplo do Imposto de Renda, o Imposto sobre Grandes Fortunas precisa de uma lei complementar, que tem tramitação especial no Congresso.

Sistema Progressivo

A líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), defende a taxação como uma saída para o ajuste fiscal. Ela (na foto ao lado do governador do maranhão, Flávio Dino) é autora do Projeto de Lei que cria a contribuição social sobre grandes fortunas no Brasil. E afirma que "é preciso apontar grande parte da arrecadação para os mais ricos. Instituir um sistema progressivo, onde quem tem mais, paga mais."

O governador do Maranhão, Flávio Dino, também do PCdoB, apresentou ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) para que o imposto seja regulamentado. O caso está no tribunal desde o meio de março. E criou, no Maranhão, uma versão estadual do imposto sobre grandes fortunas.

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), também defende a taxação de grandes fortunas como medida para garantir recursos para o governo em meio ao ajuste fiscal. Segundo ele, não é possível dar perenidade e qualidade nas políticas públicas nas diversas áreas sem garantir o financiamento.

A Câmara tem 14 propostas sobre o tema em tramitação. A mais antiga é de 1989 e está, desde dezembro de 2000, pronta para ser votada em Plenário. O Projeto de Lei, de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso, estabelece como grande fortuna um patrimônio superior a R$ 11,8 milhões, em valores atualizados.

Falta de interesse

De acordo com o especialista em finanças públicas Amir Khair, o imposto não foi regulamentado até hoje por falta de interesse dos parlamentares: "Ele não passa no Congresso por várias razões que são alegadas. Mas a razão central é que ele atinge o bolso dos parlamentares".

Khair também disse que os argumentos contrários à regulamentação do imposto, como bitributação, fuga de capitais e falta de poder de arrecadação do tributo não se sustentam. Segundo ele, o sistema tributário brasileiro é muito bom para quem tem muito dinheiro, ainda mais em relação à tributação praticada em outros países.

De acordo com levantamento da consultoria EY, antiga Ernst & Young, o imposto é praticado em seis países: Argentina, Espanha, França, Índia, Noruega e Suíça. A Espanha tem a maior das alíquotas entre as existentes: 2,5% para fortunas acima de 700 mil euros.

O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), que apresentou uma proposta de reforma tributária prevendo o fim da regra constitucional sobre o Imposto Sobre Fortunas, o tributo não deveria ser criado, mas a solução seria calibrar o sistema tributário brasileiro.

Já para o líder do Psol, deputado Chico Alencar (RJ), a medida é necessária para tentar equilibrar a desigualdade social existente no País. Ele foi coautor de uma proposta para regulamentar o texto constitucional para taxar todo patrimônio acima de R$ 2 milhões, chegando a 5% a alíquota em caso de patrimônios acima de R$50 milhões.

Desigualdade tributária

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2011, mostra que quanto menor a renda do trabalhador brasileiro, mais tributos ele paga em relação ao total do que ganha.

Segundo o instituto, os 10% mais pobres contribuem para o Tesouro com 32% de seus rendimentos; enquanto isso, os 10% mais ricos, contribuem com apenas 21%. A carga tributária brasileira chegou, em 2013, a quase 36% de toda a riqueza produzida no País.

Outro estudo, este feito por pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), mostrou que a desigualdade entre ricos e pobres é maior do que se imaginava pelos levantamentos oficiais do governo. Pela análise, cerca de 140 mil brasileiros, com renda média de R$ 198 mil por mês, ficaram com 11% dos recursos nacionais. Eles representam um em cada mil residentes no País.

30/07/2015 - Carta Maior

Exemplo internacional de inclusão social, Bolsa Família é apresentado na Suíça

Secretário de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vai detalhar avanços do programa em reunião da OIT em Genebra.

Exemplo internacional de sucesso das políticas de combate à pobreza do Brasil, o programa Bolsa Família terá seus resultados apresentados nesta quinta-feira (30) em Genebra, na Suíça, durante encontro promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os avanços do programa serão detalhados pelo secretário nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Helmut Schwarzer.

"O Bolsa Família vai além da redução da pobreza monetária no curto prazo. O programa apresenta reconhecido impacto por meio das condicionalidades na área de saúde e educação", afirma o secretário. Segundo Schwarzer, o programa de transferência de renda é citado em relatórios da agência da ONU como uma boa prática de inclusão social e redução das desigualdades.

"O piso de proteção social é um conceito que a OIT desenvolveu e o Bolsa Família foi um dos casos que serviu de inspiração para mostrar que é possível expandir sistemas de proteção social para a população mais pobre", aponta o secretário.

Os direitos das populações indígenas e tradicionais – o convênio 169 da OIT, ratificado pelo Brasil – também serão discutidos. "Para nós é interessante avaliar com técnicos da OIT de que forma esse convênio pode ser útil para aperfeiçoar o programa Bolsa Família na sua relação com esses povos", afirma Schwarzer.